

arquivista como um ouvinte dessas vozes e necessidades, e como um coprodutor (com os usuários) do conhecimento que tenta alcançar. Isso não é diminuir outros aspectos do trabalho e da formação arquivística, porque uma vez que essa estratégia tenha sucesso, o trabalho de coprodutor do arquivista terá que ser aprimorado para que se atenda às necessidades da *sociedade dos arquivos*.¹⁸

¹⁸ Outro trabalho com a mesma abordagem, formação arquivística, empregada no programa de mestrado da Universidade de Manitoba, Archival Studies, veja meu artigo "Hugh Taylor's Contextual Idea for Archives and the Foundation of Graduate Education in Archival Studies", in Barbara Craig, *The Archival Imagination: Essays in Honour of Hugh A. Taylor* (Ottawa: Association of Canadian Archivists, 1992); "Professional Education in the Most Expansive Sense: What Will the Archivist Need to Know in the Twenty-first Century?" *Archivaria* 42 (1996); "Learning to Think Archivaly: Thesis Research in the Archival Studies Program at the University of Manitoba", *Archivaria* 55 (2003); e "What is an Archival Education?", *Journal of the Society of Archivists* 28, n. 1 (April 2007). Para uma contribuição de Terry Cook dentro da abordagem da Universidade de Manitoba, veja seu texto "The Imperative of Challenging Absolutes" in Graduate Archival Education Programs", *American Archivist* 63 (2000), um número especial dedicado aos programas de graduação em diversos países.

REFLEXÕES E MUDANÇAS NO MUNDO DOS ARQUIVOS (Resenha de *Currents of archival thining*)

Helóisa Liberalli Belloto
Universidade de São Paulo

EASTWOOD, Terry & MACNEIL, Heather, ed. *Currents of Archival Thinking*. Santa Barbara, Denver, Oxford, ABC-CLIO, 2010. 254p. (acessível como e-book por meio de: www.abc-clio.com).

Com a louvável intenção de explorar o desenvolvimento, as tendências e os rumos do moderno pensar arquivístico sobre a natureza e os objetivos dos arquivos, tanto quanto o do papel dos profissionais e das instituições da área no concernente à preservação do patrimônio arquivístico, dois dos mais notáveis arquivistas canadenses da atualidade, os professores e pesquisadores Terry Eastwood da Universidade da Columbia Britânica e Heather MacNeil da Universidade de Toronto, convidaram alguns especialistas a refletirem e a opinarem sobre a questão. Desses textos resultou a obra que traz o significativo título de *Currents of Archival Thinking*.

Sendo os autores por eles convidados originados dos Estados Unidos, da Irlanda, do Canadá, da Inglaterra e da Austrália, a obra acaba por evidenciar uma determinada "linha" do pensar arquivístico que, se de um lado, tem sido bastante elucidativa e enriquecedora para nós em seus contornos mais universais, de outro, apresenta fortes marcas do saber e do fazer arquivísticos característicos do mundo anglófono. Algumas dessas marcas são dissonantes da nossa sistemática, mesmo que não totalmente oponentes a ela. A mais evidente dessas dissonâncias é a distinção entre as áreas dos records *managers* e a dos *archivists*, distinção e fosso esses, hoje em dia felizmente em cheque naqueles países. Ali, profissionais, produtores e usuários, têm-se dado conta do quanto ganha a arquivística com a integração da pretensa dualidade profissional e com a aceitação e o reconhecimento plenos da continuidade da teoria do "ciclo de vida dos documentos", da "arquivística integrada" ou a do "continuum" dos documentos de arquivo. Sobretudo na Austrália já se compreende a importância da "união" das duas profissões anteriormente

separadas, em apenas uma. Aliás, também na Europa em geral, em épocas anteriores, a atuação do arquivista era considerada basicamente aquela nos arquivos permanentes. Assim sendo, além dessa distinção quanto à formação e atuação profissional em relação ao Brasil, também devem ser ressaltadas algumas diferenças inamovíveis (até em razão da distinção entre os sistemas jurídicos e administrativos nacionais). Tendo presente essa compreensão, a obra pode abrir aos arquivistas brasileiros uma boa perspectiva de reflexão, de aprendizado, de comparação, de adoção (ou rejeição) de novas abordagens e modelos; enfim, é oportunidade de revisitar conceitos e de cotejar métodos e práticas.

A própria estrutura do livro demonstra a intenção dos organizadores de discutir o pensar e o fazer arquivísticos, desde sua origem até os desafios contemporâneos, agrupando os dez capítulos em três partes: 1. Alicerces (*Foundations*); 2. Funções (*Functions*); 3. Modelos e metáforas (*Models and Metaphors*). Todos os capítulos estão estruturados em uma pequena introdução, seguida dos diferentes tópicos, da conclusão. Na parte final de cada um deles, constam duas listagens, a das notas explicativas e a das referências bibliográficas. Essa configuração torna mais clara e didática a compreensão dos textos. Algumas repetições e reiterações ocorrem entre alguns capítulos, o que é compreensível, já que a temática acaba sendo a mesma: possibilidades de novos olhares sobre a tradição.

Na Introdução Heather MacNeil explica o porquê dos três agrupamentos e alude às cinco “mudanças” arroladas por Terry Cook na sua antológica conferência no Congresso Internacional de Arquivos em Pequim, em 1996: 1. As novas discussões em relação à existência dos arquivos; 2. A mudança do significado de se “preservar” documentos; 3. As novidades quanto às fontes da teoria arquivística; 4. A transformação do papel dos arquivistas, agora, não mais como “neutros e passíveis guardadores de documentos” e sim como “moldadores do patrimônio documental”; 5. O deslocamento do entendimento da teoria arquivística anteriormente considerado “universal” para sua atual compreensão como sendo mais “historicamente situada e determinada”.

No sentido dessas inovações é que se desenvolve a explicação sobre a intenção de reunir tópicos que refletissem os novos olhares sobre a natureza e os objetivos dos arquivos, considerando-os evolutivamente, analisando os impactos de toda natureza recebidos na trajetória teórica, metodológica e prática da arquivística. De outro lado, os organizadores buscaram que os autores apresentassem a preocupação de como as inovações tecnológicas atuais afetam, ou até contestam, “os saberes” tradicionais da

área. Usando as mudanças propostas por Terry Cook como subtítulos dos tópicos da Introdução, MacNeil resume sob cada um deles, os capítulos que lhes são concernentes.

Com isso, é possível afirmar que o presente livro é eco e resposta a aquele brado lançado no congresso de Pequim pelo lúcido teórico canadense na sua conferência, que abria, em 1996, as comemorações do centenário do primeiro grande manual da arquivística, o holandês, de 1898, intitulada: “*What is Past is Prologue: a History of Archival Ideas Since 1898 and the Future Paradigm Shift*”. A imediata repercussão, não só no próprio congresso, como depois dele, nos meios arquivísticos internacionais, fica agora consolidada nessa obra. Ela é merecedora de estudos e discussões nos meios arquivísticos brasileiros, tanto acadêmicos como institucionais, preocupados, como parecem estar com a atualização de conhecimentos e de experiências imprescindíveis para o crescimento qualitativo da área.

No módulo inicial “Alicerces” (*Foundations*), seus dois capítulos focalizam as raízes e o desenvolvimento subsequente da teoria e da metodologia da arquivística, com ênfase na natureza dos arquivos e no princípio da proveniência.

O primeiro capítulo, “Um domínio impugnado: a natureza dos arquivos e o rumo da ciência arquivística” (*A Contested Realm: the Nature of Archives and the Orientation of Archival Science*) é de autoria de um dos organizadores da coletânea, o canadense Terry Eastwood, que foi professor de arquivística na Universidade da Columbia Britânica. Neste capítulo introdutório ele vai, pouco a pouco, contestando as idéias tradicionais dentro do domínio arquivístico, começando pela própria definição de “natureza”, natureza seja do que for. Se esta é a combinação particular de qualidades que pertencem a essa coisa em razão de sua origem, sua constituição, suas propriedades e seus atributos, ele demonstra o quanto a natureza dos arquivos tem orientado o campo de conhecimento arquivístico. Arquivos são criações sociais; no sentido de serem produtos da sociedade humana que, no seu evoluir, vai acarretando, formando e transmitindo características que naturalmente se refletirão na natureza de seus produtos, os arquivos, entre eles. Mas ele julga que os arquivistas não são unânimes no entendimento do que seja a natureza dos arquivos. A seu ver, muitas das disparidades têm origem na tradicional diferença no mundo anglo-saxão entre *records* (documentos correntes) e *archives* (documentos permanentes), o que vem pouco a pouco sendo aplainado com os estudos das propriedades arquivísticas dos documentos eletrônicos. Para o autor, de fato, a discussão entre duas possíveis

“naturezas” é improcedente, já que elas são interdependentes. E parece colocar ponto final na dissensão, ao dizer: “Arquivos são feitos de *records* e *records* serão arquivos” (p.4).

Abordando a organicidade (presidida pelo vínculo orgânico que é suposto existir entre os documentos de arquivo com o seu produtor e entre eles próprios), a unicidade, a naturalidade, a imparcialidade e a autenticidade – todas elas no seu sentido arquivístico - e servindo-se dos teóricos tais como os autores do Manual Holandês, S. Muller, J.A. Feith e R. Fruin o inglês Jenkinson, o italiano Giorgio Cencetti e o francês Michel Duchein, o Autor demonstra as concepções teóricas e os métodos que marcaram a arquivística tradicional desde meados do século XIX até meados do século XX.

A metáfora orgânica veio desde o Manual holandês justamente para enfatizar que os arquivos eram como seres vivos, eram o “resultado de atividades” das entidades produtoras, refletindo sempre as suas funções. Essa organicidade traz como consequência que os arquivos sejam naturalmente formados. Nesse sentido, os especialistas sempre chamaram a atenção para o contraste entre a “naturalidade dos arquivos” (resultam diretamente do cumprimento de funções) e a “artificialidade das coleções” (resultam de escolhas do colecionador). Ademais, em decorrência daquela organicidade, os componentes do arquivo formam um “todo orgânico”, dentro do qual estão unidos entre si e com seu produtor por um “vínculo arquivístico” (*archival bond*). Essa inter-relação é associada à unicidade e a naturalidade do documento, todas essas qualidades vindo a constituir a base do princípio da organicidade. Junte-se a elas ainda a autenticidade e imparcialidade, sobre as quais Jenkinson já chamava a atenção.

Apesar da teoria, como considerada hoje, em sua essência, vir daqueles clássicos que já apresentavam todos esses sinais reconhecíveis da identidade do documento arquivístico, o Autor passa a contestar as posições tradicionais. Elas vem sendo impactadas, a partir da segunda metade do século XX, pelo desenvolvimento complexo e profundo do conhecimento e do saber, da administração, da tecnologia da informação e da comunicação, tanto quanto da sociedade em geral, tudo isso se refletindo diretamente nos arquivos. Argumenta ele sobre o quanto, hoje, muda a relação entre documentos antigos e recentes, muda a pesquisa histórica, muda o contexto da organização arquivística. Para Eastwood, “todas essas circunstâncias mutantes desafiam os arquivistas a reconstruir uma teoria mais robusta relativa à natureza dos arquivos mais de acordo com o mundo contemporâneo”.

Assim, as idéias tradicionais vêm sendo contestadas com visões novas sobre proveniência, fundos e séries, naturalidade e intencionalidade, imparcialidade e autenticidade. Mas a reorientação da “empreitada” arquivística, para o Autor, talvez tenha a ver mais com o papel que o arquivista e as instituições arquivísticas deveriam exercer na sociedade do que, propriamente, com a elaboração de teorias e metodologias para guiar a prática (p.19).

O segundo capítulo “Origens: desenvolvendo idéias sobre o princípio da proveniência” (*Origins: Evolving Ideas about the Principle of Provenance*), é da canadense especialista em arquivos de escritores, Jennifer Douglas, e aborda a tão decantada “proveniência” sob três óticas: como princípio organizativo, como construção física e intelectual e como contexto sócio-histórico.

O princípio da proveniência é hoje universalmente aceito como o fundamental no campo da organização de arquivos, sendo praticamente considerado sinônimo do princípio do *respect des fonds* (surgido na França em 1841), visto como a junção deste com o princípio da ordem original (o *registraturprinzip* aplicado pelos arquivistas prussianos a partir 1881, juntamente com o que eles chamaram de *provenienzprinzip*). E se pode considerar, tal como é apresentado hoje, de autoria dos arquivistas holandeses que o apresentaram em seu decantado Manual. Portanto, a “linha” de evolução e aplicação do princípio vai, grosso modo, do “construtor” do *respect des fonds*, o francês Natalis de Wailly, passando pelos autores do Manual Holandês, S. Muller, J.A. Feith e R. Fruin e pelo clássico inglês Hilary Jenkinson (Manual de administração de arquivos) e chegando à sistematização com T.R. Schellenberg. E, a partir dele, tomado universalmente.

A citação, logo no início do capítulo, da idéia do respeitável arquivista Peter Horsman de que o “princípio da proveniência é o único princípio da teoria arquivística” e que, todos os outros apenas dele decorrem, indica que se está pisando num campo importante e especial da teoria dos arquivos, e, por isso mesmo muito visitado, observado e estudado. Mas, mesmo assim, a Autora consegue apresentar originalidade em sua discussão, tanto que termina sua explanação lançando inesperado desafio aos arquivistas: onde termina o contexto? Pensado inicialmente como simples estratégia para ajudar os profissionais a determinar o melhor arranjo aos agrupamentos de documentos, ele teve o seu objetivo também direcionado para interpretações e representações.

Os esforços dos arquivistas em expandir as fronteiras do princípio têm um

potencial positivo, que é, justamente, o de se encorajar um entendimento mais inclusivo dos vários contextos que vão impactando um conjunto de documentos no decorrer do tempo. Contudo, é preciso colocar nisso muita cautela, porque muitas vezes se vai confundir a proveniência com o contexto sócio-histórico ou confundir a proveniência com o “contexto de produção”.

Os australianos consideram o seu “sistema de séries” como uma “redefinição” do princípio da proveniência, estabelecendo as devidas relações entre as entidades da guarda e da organização documental com as entidades do contexto, isto é, as da produção e uso primário. Com alusões aos teóricos italianos como Cencetti, Pavone, Tamblé e Valenti, das concordâncias e dissidências entre eles, são explorados os preceitos em torno do quanto o arquivo reflete o produtor e em torno da questão da ordem original. Na concepção de Fileppo Valenti, ela advém não da ordem física propriamente, no seu sentido restrito, mas sim da “estrutura” do conjunto, daquilo que ele chama de “agregação arquivística” (p.32).

O que Jennifer Douglas pretende nesse capítulo é nos fazer compreender – e aceitar – a ampliação ao conceito de contexto arquivístico e a renovação do de proveniência. Ela cita Tom Nesmith e outros arquivistas que advogam a essa expansão chamando a atenção para além do administrativo, para o contexto social e cultural no sentido mais amplo, sublinhando que a criação existe ao longo de um *continuum* de ações que incluem autoria, custódia, uso, interpretação, representação e intervenção arquivística. Naturalmente, a proveniência continua associada ao contexto de criação, entretanto, consideravelmente mais alargado. Mas, também é preciso cautela, pois a Autora adverte que no alargamento do contexto a proveniência pode ficar muito diluída, indistinguível mesmo. É uma dificuldade inevitável a ser discutida e ultrapassada.

No módulo seguinte, o segundo, intitulado “Funções” (*Functions*) – com quatro capítulos – a preocupação foi a de reunir discussões sobre o que significa identificar, preservar e tornar acessível ao uso os documentos de valor permanente. O primeiro capítulo do módulo e terceiro do livro, “Dentro ou fora do documento? Noção de valor em arquivos” (*On or Off the Record? Notions of Value in the Archive*)” é da irlandesa, atualmente nos Estados Unidos, Ciaran B. Trace.

O que na terminologia arquivística brasileira está sistematizado como “avaliação” abrangendo duas operações sob o mesmo termo (a primeira, a da atribuição dos prazos

de vigência e de vida; a segunda, a da eliminação), na arquivística anglófona, corresponde a dois termos que equivalem a dois procedimentos: avaliação (*appraisal*) e seleção (*selection*). O capítulo tem como epígrafe uma interpretação que Terry Cook faz a propósito da avaliação, interpretação que é real e objetiva, ainda que literária. Diz ele que ela “ocorre basicamente hoje sobre documentos de ontem, para criar um passado para amanhã”.

Ciaran B. Trace traz-nos um exaustivo histórico do conceito, da prática e da teorização da avaliação, analisando os estudos a respeito e sua aplicação, desde o início do século XX, enfatizando a contribuição do arquivista do *Public Records Office*, o inglês Hilary Jenkinson com o seu manual de 1922. Para ele o produtor do documento é quem está em melhor posição para atribuir prazos de vida aos documentos. Mais do que os arquivistas ou os historiadores, é ele quem melhor conhece a finalidade dos conteúdos expressos e de seu valor administrativo, financeiro, fiscal, etc. Só assim seriam evitados subseqüentes danos que a destruição indevida poderia causar em termos informacionais do ponto de vista da administração.

Passando pelas idéias de muitos arquivistas americanos, canadenses, e alemães expressas na literatura a respeito, a Autora chega ao misto de “teoria, estratégia e metodologia”, que é como o próprio autor da idéia, Terry Cook, denomina a sua “macroavaliação”. Rejeitando a idéia de que o “valor” é inerente aos próprios documentos, considerando-se apenas o entorno patente na sua criação e uso primário, ele projeta o valor do documento no sentido do seu entorno maior, a sociedade. Essa idéia da macroavaliação como aqueles critérios de avaliação mais amplos já nos tem falado Manuel Vazquez da Universidade de Córdoba, Argentina, nome tão conhecido da arquivística latinoamericana, denominando-os como os concernentes aos “setores da realidade”. Não é à macroavaliação que ele alude quando diz que além dos critérios jurídico-administrativos há que ver os testemunhos sobre a existência e as características estruturais do “setor comunidades, setor lugares geográficos, setor bens imóveis, setor objetos artificiais, objetos de laboratório”? (*Manual de selección documental*, Carmona, 1995, cap. 10-13). É preciso conhecer melhor os critérios sugeridos por Cook e aliá-los aos de Vazquez e pensar-se na ampliação do que deve ser considerado no momento do estabelecimento dos prazos de vida para os vários tipos documentos de arquivo. A fim de que restasse nos arquivos permanentes uma parcela significativa de informações que pudessem retratar a sociedade no momento em que elas foram produzidas, realmente

seria necessário obviar critérios para além dos tradicionais. Virtualidades a serem consideradas.

Cook rejeita a restrição da avaliação dentro dos limites da administração e do direito. Para ele, a macroavaliação trata de “especificar atributos genéricos e interconexões e aponta as convergências ou conflitos entre os produtores de documentos (órgãos públicos, organizações privadas e pessoas), as características sócio-históricas (funções, atividades, programas) e os cidadãos, clientes e fregueses, e de avaliar como tudo isso, estrutura, funções e pessoas, se influenciam entre si, direta ou indiretamente” (Terry Cook no seu *Mind over matter: Towards a new theory of archival appraisal*. In: *The archival imagination*. Ottawa, Association of Canadian Archivists, 1992). Segundo a nova visão, no processo da avaliação há que considerar outros intervenientes que não os jurídico-administrativos, por que, afinal, onde, verdadeiramente, reside o valor do documento? Ele é inerente ao documento, portanto interno, ou é-lhe atribuído por um julgamento que lhe é externo?

O objetivo da avaliação vem sendo transformado, desde quando foi diminuindo a preocupação concentrada nos documentos vistos principalmente como fonte para a historiografia, ampliando-se o seu valor secundário em uma direção “a uma noção mais pluralista que abrange o conceito de transparência governamental e que também vê o arquivo como “forma de memória social construída” (p.57).

Prova, transparência, memória são razões de ser de critérios mais elásticos na seleção dos documentos a serem considerados de longa duração. Mas, não há normas rígidas nesse sentido, já que mérito e valor são noções subjetivas. Avaliação é um processo complexo e difícil, mas não impossível. Ela vem sendo reposicionada como esforço participativo, no qual arquivistas e produtores, dentro de determinada comunidade, colaboram uns com outros para identificar as informações que tenham significado para essa mesma comunidade.

O esforço renovador da avaliação é hoje impulsionado pelo desafio apresentado pelos documentos eletrônicos, pelo “ajustamento eletrônico” do qual nos fala Hugh Taylor “Transformation in the archives: adjustment or paradigm shift?” In: Nesmith, Tom, ed. *Canadian Archival studies and the rediscovery of provenance*. Metuchen, Scarecrow Press, 1993, 227-49). Alguns padrões de avaliação serão os mesmos que os documentos em suporte tradicional, mas emergem outros novos. Por exemplo, a importância dos

metadados, já que são eles que permitem a indispensável ligação dos documentos ao seu contexto de produção, contexto administrativo, contexto documental e contexto tecnológico. Só seu conhecimento em separado e em conjunto pode permitir uma avaliação válida para os documentos eletrônicos.

O capítulo seguinte, o quarto, intitula-se “Preservando documentos de valor permanente” (*Preserving Records of Enduring Value*), de Michèle V. Cloonan, dos Estados Unidos. Embora o título original, de acordo com as novas tendências nos países de arquivística avançada, aluda a “valor de longa duração”, entre nós, esses mesmos documentos são ainda entendidos, como sendo os de “valor permanente”. O conteúdo desse capítulo é seqüência natural do anterior, já que focaliza justamente os documentos remanescentes do processo avaliatório.

A Autora vê a preservação desse tipo e material de forma similar à preservação das outras formas de patrimônio cultural, notando, porém, que no caso de preservação arquivística é preciso não esquecer de que se trata de peças que devem sempre ser consideradas dentro de conjuntos, em obediência ao princípio da proveniência. Conservamos o legado cultural para preservar a memória, sendo essa preocupação também de bibliotecas e museus, não obstante a diferença dos objetos que tratam de custodiar e conservar respectivamente.

Decodificando a expressão mais usual em inglês para patrimônio cultural, *cultural heritage*, é justamente definido o termo heritage como todas as coisas que podem ser preservadas por revelarem algo sobre a cultura que as produziu. São definidos e explicadas as diferentes entre os termos “preservação”, “conservação” e “restauração” aplicados ao cuidados para com aqueles bens culturais, sejam os móveis, os imóveis, visuais, audíveis, naturais, artesanato etc. E tendo suas respectivas práticas nos arquivos, nas bibliotecas, nos museus, nos monumentos etc.

Os sub-capítulos vão abordando sucessivamente as diferenças entre o material dos arquivos e das bibliotecas; arquivos e preservação; conservação do papel e a conservação das novas mídias e a “preservação digital”. A preservação do suporte papel, é apresentada historicamente, desde os métodos mais antigos e rudimentares, incluindo-se as formas da restauração de documentos deteriorados desde o século XVIII, até as formas modernas de preservação das novas mídias (material iconográfico, sonoro, visual, áudio-visual) e à preservação digital. Distingue-se o uso de técnicas digitais para a preservação de

documentos originalmente sobre papel da preservação dos “nascidos digitais”. Um grupo de trabalho da Associação Americana de Bibliotecários tem divulgado suas definições, políticas, estratégias e ações para a preservação dos documentos eletrônicos. A intenção é assegurar a autenticidade e segurança contra as fílas e as mudanças tecnológicas.

Aludindo à metáfora de Hugh Taylor de que há uma “ecologia da preservação”, a Autora acaba por demonstrar que a preservação é a “relação entre os documentos e o meio ambiente”. A preservação é a gestão do patrimônio que inclui os costumes locais, as práticas e os padrões profissionais, educação, respeito à legislação e convenções internacionais a respeito.

Segue-se o capítulo cinco, “Debate sobre a descrição” (*Debates on Description*), do inglês Geoffrey Yeo, que aborda a discussão em torno da descrição arquivística, colocando-a simultaneamente como um processo e um produto. Os alvos do Autor são principalmente as controvérsias e as revisões a respeito do tema nos últimos anos.

É concordância geral que a descrição também se submete ao princípio da proveniência porque, em primeira instância, para concretizá-la, é preciso se ter em mente muito mais a origem e contexto do que o assunto do documento. Assim, nos séculos XIX e XX, se necessitava do arranjo prévio dos fundos, respeitando o enunciado daquele princípio: não se mesclam documentos de fundos distintos. Ora, isso implicava em ordem física, que, agora, no século XXI, no “arranjo” dos documentos eletrônicos faz pouco ou nenhum sentido.

Baseado em idéias de Terry Cook e de Terry Eastwood, o Autor afirma que no meio digital, no qual os posicionamentos de junção física são insignificantes ou estão totalmente perdidos, o que interessa é a multiplicidade dos relacionamentos lógicos entre os documentos. E necessitamos de metadados adicionais para fundamentá-los e isso se consegue dando-se ênfase ao arranjo. Toda a estrutura dele em fundos, subfundos e séries, com toda a sua complexidade hierárquica, será refletida na descrição.

Ao analisar a descrição retrospectiva, o Autor demonstra o quanto ela é falha em relativamente a uma identificação clara do contexto, mas. Ap mesmo tempo, aponta as controvérsias sobre a manutenção da descrição vinda da primeira idade. Até que ponto as normas que o Conselho Internacional de Arquivos desde os anos 80 do século XX – a ISAD(G), a ISAAR(CPF) e a ISDF são satisfatórias? A verdade é que elas não têm sido totalmente aceitas em termos internacionais. A maior parte das

críticas reside no fato de serem modelos adaptados da prática biblioteconômica e de, por isso mesmo, separando descrição do documento da do contexto, além de serem inadequadas para os documentos eletrônicos.

Reconhecendo que o conhecimento do contexto é crucial, mas também admitindo ser ele difícil por ser ilimitado, Geoffrey Yeo se pergunta o que enfatizar como contexto? Seria preciso inventar-lhe fronteiras. Atermo-nos apenas ao histórico das entidades produtoras (pessoas físicas ou jurídicas), à estrutura e funções das organizações ou à biografia e atividades dos titulares, no caso dos arquivos pessoais? Ou ir além, aos entornos jurídicos e sociais? Seria produtora uma maior irradiação do contexto documental?

Para o Autor outras “vozes” para além da do arquivista devem ser ouvidas, mesmo que se reconheça que a representação descritiva nunca vai ser perfeita. As vozes dos produtores? As dos usuários? A da “sociedade” como acima referido? Além disso, haveria que se pensar em acesso, que não por meio da representação e sim o acesso direto, como por exemplo, as imagens digitalizadas dos documentos da íntegra, etc.

O trabalho arquivístico é necessariamente subjetivo e a verdade é que as normas de descrição não são ideais, mas são “um porto seguro de partida e de chegada”. Segue sendo um desafio, que é consequência da complexidade e diversidade do material arquivístico no mundo de hoje.

O capítulo seis, que encerra o segundo módulo, é o denominado “Mediação arquivística” (*Archival Mediation*), escrito pela professora da Universidade de Toronto, Wendy M. Duff e trata dos serviços de referência em arquivos históricos. Para nós no Brasil essa é uma prática pouco usual e não sistematizada. Entre nós ainda campeia aquela “orientaçãozinha” que um atencioso antigo arquivista da casa ou um assíduo usuário, os ditos “ratos de arquivo”, sempre dispostos a mostrar o quanto conhecem o acervo. Não é uma crítica a eles. Benditos sejam. Mas, um bom atendimento comporta também a presença dos “arquivistas mediadores” de forma profissional e sistematizada. Mais, ainda, na atualidade, quando a internet possibilita a “presença” virtual de usuários remotos. Fala-se mesmo em “referência presencial” e “referência virtual”, dando forma ao atendimento *in loco* e o feito à distancia.

A referência, isto é, a operação que corresponde ao atendimento personalizado ao consulente, não é uma obrigação primeira do arquivista. Entretanto, ela completa o cumprimento de suas funções. Ela pode mesmo ser proativa, quando os profissionais, por

meio dos programas culturais, do serviço educativo e de sua presença acadêmica criam interesses e atraem novos usuários. Esse atendimento pode ser mais informativo e rápido a consulentes pontuais, que procuram determinadas informações ou ser mais profundo e mais detalhado para os pesquisadores de longa permanência na exploração de seus fundos do seu arquivo. Para o atendimento a esse tipo de usuário são mencionados cinco passos a serem cumpridos pelo serviço de referência (registro, identificação, orientação, entrevista de entrada, interação contínua e entrevista de saída). A entrevista prévia inicial entre arquivista e pesquisador merece destaque por parte do Autor. Parece tarefa fácil, mas não é, aponta ele, já que, muitas vezes, é preciso enfrentar a ansiedade, a confusão e o “medo de parecer ignorante” da parte do futuro usuário. Haverá todo um trabalho de condução e negociação por parte do arquivista.

Por meio do processo de negociação, “os usuários vão se tornando aptos a articularem melhor e a refinarem suas demandas; e os arquivistas a descobrirem os *wanted*s, isto é, as informações desconhecidas e buscadas e os *givens*, isto é, o que o pesquisador já sabe e comunica para facilitar (p.120). Estratégias e comportamentos do arquivista para otimizar essa entrevista são fartamente mostrados no presente capítulo.

Conhecimentos básicos que são imprescindíveis ao arquivista de referência incluem cultura geral, história dos órgãos públicos e organizações detentoras dos fundos do arquivo, suas funções e as mudanças que sofreram através do tempo, ademais, devem conhecer o processo de criação dos documentos e sua tipologia. Só assim estarão habilitados a responder com êxito as perguntas e questões apresentadas, sejam no âmbito de consultas rápidas, sejam no da pesquisas mais amplas e demoradas.

A consulta virtual foi dedicado um sub-capítulo. Suas vantagens, mas também suas limitações são discutidas. Aqui não se trata de consulta a sites, a inventários e catálogos virtuais ou a imagens digitalizadas de documentos na íntegra e sim a perguntas e respostas via e-mail, telefone ou fax. Elas têm aumentado consideravelmente e muitos arquivos mantêm esse tipo de serviço por 24 horas.

A importância cada vez maior do serviço de referência em arquivos, tanto no atendimento presencial como no virtual, não tem recebido a correspondente e merecida atenção dos arquivistas nem de seus superiores, na mesma proporção do seu crescimento. Arquivistas de referência “desempenham um papel vital como mediadores entre o usuário e o arquivo e ajudam a desenvolver o acesso às informações relevantes. O arquivista de

referência equilibra as necessidades dos documentos com as necessidades dos consulentes e localiza o ponto de encontro perfeito” (p.133).

No último terceiro e módulo, “Modelos e *metáforas*” (*Models and Metaphors*) – com quatro capítulos – foram analisados os instrumentos que dão forma ao pensamento dos arquivistas sobre os arquivos e as instituições arquivísticas. Dentro dessa idéia, os autores foram solicitados a que se manifestassem sobre exemplos relativos ao ciclo de vida e ao *continuum* dos documentos, aos arquivos como “arsenais de responsabilidade”, como “lugares da memória” e como a “evidência do eu”.

Em primeiro lugar, são tratados os modelos para o entendimento da “vida do documento” no capítulo sete: “Ciclo vital e *continuum*: uma visão dos modelos de organização arquivística do período pós-guerra” (*Life Cycle and Continuum: A View of Recordkeeping Models from the Postwar Era*) do Glenn Dingwall, arquivista canadense que atua no Arquivo da Cidade de Vancouver. Nele se historia e analisa uma das principais tentativas levadas a cabo no século XX para o entendimento do fenômeno da criação e da organização de arquivos: o modelo do ciclo vital dos documentos (*life cycle*) e o seu suposto sucessor, o modelo do continuum documental (*continuum*). A razão da tentativa de estudar e racionalizar o trabalho com os arquivos foi o dramático aumento no volume de documentos criados pelos órgãos governamentais além da crescente complexidade das estruturas administrativas produtoras. A solução para a racionalização do fluxo documental foi a criação dos *records centers* (arquivos intermediários) nos Estados Unidos nos anos 40, evidenciando-se então as três idades documentais: a primeira, correspondendo aos arquivos correntes; a segunda, aos intermediários e a terceira, aos permanentes ou históricos. A dicotomia profissional foi quase que automática naquele país: de um lado, os *records managers*, encarregados do tratamento documental tanto na primeira como na segunda idade e os *archivists* na terceira idade, a dos arquivos históricos.

A teoria das três idades é mostrada como uma metáfora orgânica que descreve os estágios da vida do documento. Vida, da criação à extinção, do nascimento à morte. Em termos menos metafóricos, ela é uma “representação linear dos estágios da vida do documento começando com a sua criação nos setores jurídicos ou nos administrativos e terminando com a sua destruição ou a permanência os arquivos permanentes” (p.142).

A aplicação prática desta seqüência linear de estágios da vida do documento foi sendo aperfeiçoada e teve sua plenitude nos anos 60. Os documentos, ainda

preferentemente em papel, iam sendo submetidos às distintas operações arquivísticas adequadas ao estágio de vida em que se encontravam: identificação, classificação, avaliação, descrição. As idades documentárias eram fortemente marcadas por suas respectivas características principais: criação/uso primário, retenção/eliminação, permanência/uso secundário.

Entretanto, passados 30 anos, surge agora uma interpretação alternativa à teoria do ciclo de vida, emanada da insatisfação de alguns arquivistas nos Estados Unidos e na Austrália com a sua linearidade e a sua compartimentalização. Suas razões estavam baseadas resumidamente nos seguintes fatores: 1. As estruturas organizacionais dos governos e das empresas, assim como as funções por elas distribuídas tornaram-se cada vez mais complexas; 2. Como consequência, os procedimentos administrativos e corporativos tornaram-se mais difíceis, complicando a possibilidade da aplicação da linearidade da teoria das três idades; 3. O empecilho que essa mesma linearidade e rigidez causavam para se aplicar processos arquivísticos diferenciados nos contextos cada vez mais fluidos de produção de documentos e uso primário.

Agravando ainda mais essa questão, os teóricos se depararam com a falta de preparo técnico e de habilidade dos arquivistas (*archivists*) em compreender os processos de criação, manutenção e uso primário dos documentos para poderem trabalhar adequadamente com a avaliação, o arranjo, a descrição, quando eles passavam à sua custódia. Parte do problema foi detectado como sendo originado pela separação das profissões de *records managers* e *archivists*. Há que se apontar que a compartimentalização institucional e profissional, tida como impedimento da integração entre arquivos correntes e históricos é típica dos países anglófonos, aí incluindo também o Canadá de língua francesa. Aliás, o descontentamento está na raiz da “arquivística integrada” enunciada por Carol Couture em Montreal nos anos 90. Assim, os leitores da presente obra nos países em que nunca houve essa divisão, países, nos quais a passagem de uma idade a outra flui normalmente no meio institucional e é o mesmo profissional que está preparado para atuar em qualquer uma das idades, esses leitores devem tomar as argumentações desse capítulo com a devida precaução.

Afinal, em que consiste realmente a diferença entre as duas teorias? A do ciclo de vida e a do *continuum* têm distinções demasiado sutis, como mostra o Autor ao aludir à primeira como “a que invocando a metáfora orgânica, considera os documentos como

objetos que tem vida e que vão viajando pela flecha do tempo da criação à destruição ou a preservação” e à segunda como “a que nos traz à mente noções de graduações de tempo e espaço, que ignora divisões atomísticas ou direções preferenciais e atua no sentido de como o tratamento documental deve existir no seu próprio espaço” (p.140). Em resumo, o ciclo de vida impõe fronteiras, que são ignoradas pelo *continuum*. Segundo o Autor, ele representa “a melhor reflexão na área do tratamento de arquivos do século XXI e como tal, pode vir a ser a ferramenta mais útil se levarmos em conta o quanto nós, arquivistas, teremos possibilidades de maior interação com todo o entorno”.

Com o aparecimento dos documentos eletrônicos surgiu o desafio da organização, da separação em “três idades” e a sua preservação, o que provocou ainda mais a necessidade de mudanças na teoria do ciclo de vida, segundo os defensores da adoção do sistema do *continuum*. A redução da distinção entre documentos ativos, semi-ativos e inativos a apenas uma distinção virtual, mais do que uma diferença física passou a ter impacto sobre a questão do acesso, recuperação e circulação da informação. “A maleabilidade inerente ao documento eletrônico quanto à forma e conteúdo – e a eliminação da necessidade da presença física dos documentos de modo a se poder manipula-los – permite que o processo de ciclo de vida (tais como produção, uso primário e manutenção) ocorra simultaneamente e possa continuar a transformar o documento através de toda a sua vida. A natureza fundamentalmente diferente dos documentos eletrônicos mudou as expectativas da sociedade sobre o acesso e o uso do documento” (p.146).

O Autor argumenta que o documento digital desde o momento de sua criação já pode ser fonte de informações mais genéricas do que simplesmente as atividades do seu produtor em necessidade de passar antes pelo arquivo. Torna-se vaga a separação entre documento corrente e permanente. Para os australianos, é o momento de todo um revisionismo na teoria das 3 idades. Sem rejeitar totalmente as bases teóricas de Jenkinson e Schellenberg, pugnam pelo *continuum* e pela substituição da noção de fundo pela introdução do que chamaram de “sistema australiano de séries”. Este é apresentado como uma “reconsideração” do significado da proveniência, da ordem original e da custódia, que obedeciam às necessidades da segunda metade do século XX. O sistema novo de “séries” prevê que o tratamento documental não enfoque os documentos como objetos e sim que o tratamento documental seja um processo, enfatizando a continuidade desse processo em vez da segmentação artificial em processos separados que apenas dialogavam superficialmente.

Examinando as fraquezas e as vantagens nos dois modelos de como se entender a existência e o tratamento dos arquivos, considerando que a teoria do ciclo de vida nas três idades está voltada para o passado e que o futuro está no tratamento *continuum*, Glenn Dinhwall lança-nos o desafio. O de que “é sinal de boa saúde para a profissão de arquivista (ou para qualquer profissão) o ver novas idéias surgindo para desafiar as antigas” (p.156).

Segue-se o capítulo oito: “Arquivos e memória coletiva: mais que metáfora, menos que analogia” (*Archives and Collective Memory: More than a Metaphor, Less than an Analogy*), que é de autoria da norte-americana, professora da Universidade do Michigan, Margaret Hedstrom. A Autora começa por expor sua idéia de que a relação entre arquivo e memória ainda não é bem compreendida. Embora a moderna literatura na área arquivística aluda frequentemente ao tema, ele é apresentado de forma muito simplificada e genérica. Aliás, para ela também em outras áreas do conhecimento esse estudo não tem sido aprofundado.

Os vários ramos dos estudos da memória, a individual, a social, a coletiva são analisados pela Autora que, aborda ainda a interseção com o processo social que dá forma à identidade individual, à coesão do grupo e à consciência histórica. Se a “memória coletiva é uma construção social que reflete as necessidades do grupo ou dos indivíduos em entender o passado, e então surgem então perguntas sobre como identificar essas necessidades, quem o vai fazer e como as interpretações específicas sobre o passado serão mobilizadas para satisfazê-las” (p.166). E essa é uma questão particularmente importante para o arquivista, afirma a Autora, porque ela pode esclarecer sobre as fontes de arquivo pode fazer parte da construção da memória social.

“Memória e história” é o sub-capítulo que trata da relação entre uma e outra considerada como crucial para o arquivista, uma vez que os arquivos são usados na construção da historiografia e os historiadores constituem uma clientela diferenciada dos arquivos permanentes. São apresentadas duas das linhas de pesquisa dentro do tema “história da memória”. Em uma, ela é vista como fenômeno social, cultural e científico, profundamente afetado, hoje, pelas formas tecnológicas de armazenamento e transmissão da informação; na outra, enfatiza-se a relação história-memória focada nas questões historiográficas e epistemológicas. O debate história-memória envolve problemas fundamentais sobre as fontes históricas e o papel dos arquivos na formatação da memória.

Outro sub-capítulo aborda a conexão entre “Ciência arquivística e estudos sobre memória”. Nele, em primeiro lugar, é relatado o interesse crescente de arquivistas por estudos sobre a memória, chegando à problemática do impacto causado pelos documentos eletrônicos. Nesse sentido, tem sido redobrada a atenção para realmente se definir o que conservar e como, ademais do problema da autenticidade e credibilidade de tal tipo de suporte. Em segundo lugar, é abordada a questão de como os estudos sobre a memória têm influenciado a arquivística no que concerne à teoria e a prática da avaliação.

Os historiadores, na ampliação dos seus temas de pesquisa, em direção aos aspectos sociais, psicológicos e culturais do passado, estão utilizando um campo mais vasto de fontes do que anteriormente. Necessitam, pois, dos documentos que antes, de certa forma, eram desprezados pela historiografia. Esse fato vem afetando as práticas arquivísticas no tocante aos critérios de avaliação, e mesmo os de arranjo e de descrição. Também os arquivos pessoais, os das pequenas comunidades, os dos movimentos sociais enfim, os das “vozes escondidas da história” sendo alvo atual do interesse dos pesquisadores, também passam a ser por parte dos arquivos públicos ou privados, nos quais possam ser acessados, dando vida aos testemunhos esquecidos da história local, das identidades étnicas, das histórias de gênero, do lazer, da vida cotidiana, do cidadão, enfim. Isso provocou nos arquivistas canadenses o abraçarem a idéia dos “arquivos totais”, como que para preencher o vácuo entre os arquivos públicos e os privados.

A preocupação dos arquivistas para com a constituição de um corpo mais legítimo de “provas” para a historiografia está na raiz de novas estratégias documentárias, da idéia dos arquivos totais, das novas normas de descrição, da montagem de coleções multimeios. Isto, mesmo que se reconheçam as limitações dos arquivos no que concerne a serem os “guardiões da memória”. A Autora, com base no historiador francês Pierre Nora, acaba por afirmar: “Os documentos de arquivo não são representações da memória coletiva e as instituições arquivísticas não são armazéns da memória coletiva, são, antes fontes para potencial descoberta ou redescoberta de memórias que foram perdidas. (...) Arquivos podem ser de grande valor, não quando a memória coletiva ainda persiste, mas quando eles podem prover como única fonte para o esclarecimento de acontecimentos e idéias há muito tempo esquecidas, das quais se ouviu falar, mas não foram provadas ou, ainda, foram reprimidas ou banidas” (p.176).

Margaret Hedstrom finaliza por argumentar que mais do que proclamar que um arquivo de uma nação é a sua memória ou que sem arquivos não se tem memória, os arquivistas devem ir mais fundo na idéia de como os arquivos estão aptos a descobrir ou redescobrir a prova que foi perdida ou apagada da memória buscada pelas comunidades.

O capítulo nove: "Arquivos como arsenais de responsabilidade" (*Archives as Arsenals of Accountability*) é de Livia Iacovino, do grupo de pesquisa sobre Records Continuum da Faculdade de Tecnologia da Informação da Universidade de Monash, Austrália.

O termo *accountability* surge nos Estados Unidos nos anos na área da política como sinônimo de abertura, transparência, confiança e responsabilidade, em oposição à corrupção, segredos, fraudes e acobertamentos ilícitos que se tornaram públicos nos escândalos governamentais e corporativos. Traduzido para o português como "responsabilidade" ou "transparência governamental e/ou corporativa" o termo significa para o pensamento arquivístico, como coloca a Autora, um fenômeno que é "formatado pelos acontecimentos políticos e sociais, pelas mudanças, tanto organizacionais, como tecnológicos e pelas disciplinas: ética, direito, história, ciências sociais, administração, computação e a própria ciência arquivística" (p.182).

A Autora lança o grande desafio aos arquivistas que é o deles "decidirem se vão se imbuir de uma visão mais ampla e se envolverem no processo formativo dos arquivos para assegurar que os documentos se tornem parte de um sistema social compacto ou se vão se limitar a um papel passageiro no qual serão só responsáveis pela pequena parte de documentos sob sua custódia". Como quaisquer outros profissionais conscientes, os arquivistas não podem estar fora do seu tempo e lugar, adverte ela, considerando-os mesmo como "agentes da responsabilidade", assinalando que na Austrália, as autoridades governamentais já estão se dando conta disso, não vendo mais a profissão como a de meros "guardadores de papéis". Aliás, sua responsabilidade chega mesmo a ultrapassar as paredes da instituição arquivística.

Pelos vários sub-capítulos intitulados, sequencialmente, "O contexto histórico e a responsabilidade arquivística"; "Continuum de responsabilidade"; "Diplomática e ciência arquivística"; "Pós-modernismo, pós-modernidade, teoria do *continuum* e relativismo cultural"; "Desafios contemporâneos ao arsenal arquivístico"; "Confiança e transparência governamental"; "Responsabilidade corporativa, consentimento

e governança"; Mecanismos da responsabilidade arquivística: quando e como" e "Continuidade e constatação", a Autora desfila detalhadas reflexões, argumentos, dúvidas e sugestões, suas ou de outros autores. Tentaremos resumi-los em conjunto, pois são idéias que se cruzam e que são de grande interesse e proveito, merecendo nossa atenção, ainda que algumas delas sejam mais cabíveis em realidades arquivísticas de países que não o nosso. Na realidade, esse é possivelmente o capítulo que mais procura conduzir o arquivista à importância do seu papel profissional e cidadão dentro da comunidade em que atua.

Em concordância com posições de Terry Cook, a Autora estende a concepção dos arquivos para além de serem arsenais de história, administração e direito para a noção do seu propósito de responsabilidade: arquivos como prova de ações passadas servindo a todos interesses (grifado no original) através do documento, uma vez que ele esteja localizado em um arquivo governamental ou privado. Essa posição demanda que o arquivista esteja presente desde a criação documento e acompanhe todos os seus estágios. O que no Brasil é perfeitamente compreensível, sendo mesmo, o usual. Mas não na América do Norte e na Austrália onde os seus arquivistas criticam que a Europa mantenha a tradicional sistemática de que a responsabilidade arquivística só comece quando o documento chega ao arquivo permanente.

As vantagens do tratamento documental feito dentro dos limites da responsabilidade institucionalizada, apresentadas por SueMc Kemmish e Glenda Acland no seu trabalho *Archivists at risk: Accountability and the role of the professional society* podem: facilitar as atividades governamentais; sustentar os mecanismos da sua transparência; ajudar constituir a memória social, nacional e a corporativa e a identidade individual, comunitária e nacional, assim como proporcionar fontes autorizadas de informação (p.184).

Além disso, há a implicação ética e a implicação jurídica. "A dimensão ética do governo torna-se um elemento essencial para os arquivistas e inclui e assegura responsabilidade histórica e coletiva para com ações passadas por meio do documento, aliás, um tema dominante nas sociedades pós-coloniais onde os direitos humanos foram altamente desrespeitados" (p.185). Quanto a questão jurídica também a responsabilidade tem a ver com o debate arquivístico em torno da dicotomia do documento como memória e como prova. No primeiro caso, a dimensão memória é a que tem a capacidade de sustentar o testemunho dos atos de sociedades e de pessoas, por meio dos documentos,

mesmo que não tenham sido criados para isso. No segundo caso, a dimensão probatória emerge da capacidade do documento de provar ações individuais ou institucionais através da captura do seu contexto de produção, uso e preservação.

Quanto às questões diplomáticas da veracidade e autenticidade, a Autora começa por abordar o quanto a “verdade” esta relacionada com a responsabilidade arquivística, no sentido de que o documento deve fornecer provas do sucedido. Só a diplomática pode prover-nos das ferramentas necessárias para “captar” aquela “verdade”. Indubitavelmente, a confiabilidade e a autenticidade são os elementos necessários para se detectar a veracidade da informação arquivística. A confiabilidade, ligada aos procedimentos de produção; a autenticidade, ligada ao teor e estrutura da redação, às normas legais, à forma de transmissão, à maneira de sua preservação e custódia.

O sub-capítulo em torno do que denomina pós-modernismo e pós-modernidade, por sua própria denominação, pretende discutir os aspectos mais inovadores e desafiantes da atualidade arquivística, chamando inicialmente a atenção sobre a própria natureza relativa da “verdade” posta nos documentos de arquivo. A Autora serve-se do lúcido testemunho de Heather McNeil, quando essa professora da Faculdade de Informação da Universidade de Toronto diz que “a teoria pós-modernista lembra aos arquivistas o que já deveríamos saber, que os métodos de medir o “valor-de-verdade” dos documentos como prova estão enraizados numa forma particular de ver o mundo e numa concepção particular de documento, como uma espécie de testemunho do mundo. O critério que eles estabelecem para determinar o que conta como “verdade”, são eles mesmos, produto de escolhas históricas, culturais e políticas e não esgotam todos os modos possíveis de ver o mundo ou as relações entre os documentos e o mundo” (p.187).

O que pretendem os incentivadores do revisionismo nas concepções e teorias da chamada era custodial não é negá-las, mas, pelo contrário reforçá-las em outros moldes. O que se quer é um foco cada vez maior da teoria arquivística dentro de uma multiplicidade de contextos nos quais os documentos possam ser entendidos. E isso acaba por ter relevância também em como nós usamos os arquivos para os propósitos da *accountability*, ou seja, da responsabilidade/ transparência governamental e/ou corporativa.

Para tratar da metáfora do arquivo como “arsenal”, como quer a clássica aceção de Charles Bautier (“Arquivos como arsenal da administração e celeiro da história”), Livia Iacovino afirma que isso dá aquela impressão do arquivo como inexpugnável fortaleza,

um lugar físico envolto por grossas paredes. O arquivo clássico como guardador das armas governamentais, os documentos que outorgam direitos dos governantes sobre os governados e os deveres destes para com os governantes. Talvez nunca o contrário. O “autoritário” arquivo do Antigo Regime. O que se pretende hoje do arquivo público é o contrário. Ou, ao menos uma horizontalidade e uniformidade de direitos e deveres.

Hoje, as inúmeras e diversificadas fontes de informação, além das arquivísticas, as redes sociais, os infundáveis conhecimentos on-line, inclusive, a comunicação governo-cidadão e não só na área do poder executivo, mas também na do legislativo e na do judiciário ampliam os sistemas de informação e de comunicação. Isso, entretanto sem tirar a capacidade da confiabilidade, da fidedignidade e da responsabilidade dos arquivos, dentro da especificidade única da capacidade de testemunho e de prova nos registros que ele contém.

O que governos e as direções de arquivos procuram hoje, dentro do trabalho da transparência administrativa, é conciliar o “direito de saber” com o “sigilo”, o direito à privacidade com a transparência governamental e judiciária, dentro do princípio democrático da obrigação dos governos de informar ao público sobre suas ações. Igualmente cabendo às empresas, ao mundo corporativo, dentro dos seus campos de atuação, também as responsabilidades e a condescendências cabíveis (p-192-193).

A Autora se pergunta, então, o quando e o como vão se dar os mecanismos da responsabilidade arquivística, afirmando tudo começar com a própria criação do documento. “Ele vem munido da prova de ações entre indivíduos ou grupos, das circunstâncias e intenções que envolvem essas ações e dos efeitos sociais dessas ações” (p.198) Ações que decorrem das relações socio-legais, as mais diversas, tais como governo-cidadão, pai-filho, empregador-empregado, vendedor-comprador etc. A seguir discute os problemas trazidos pela avaliação, pela falta de documentos (os que deveriam ser, mas nunca chegaram a serem gerados) e o papel das autoridades arquivísticas como agentes da responsabilidade em toda a cadeia documentária.

A dos arquivistas é uma das principais profissões responsáveis pela memória social havendo a obrigação ética tanto da parte dos produtores como dos funcionários dos arquivos de garantir todo o *continuum* documental. Os arquivos como “arsenais” de responsabilidades. E o capítulo termina com uma indagação ainda sem resposta: estarão os arquivistas aptos a assegurar a sobrevivência dos documentos dispersos no tempo e no

espaço em distribuídas redes de cunho social e econômico para fins de responsabilidade e transparência da informação?

O último capítulo do livro, o dez intitula-se “Revisando o pessoal: re-enquadrando vestígios da vida individual” (*Reenvisioning the Personal: Reframing Traces of Individual Life*) é de autoria da canadense especialista em arquivos literários, Catherine Hobbs que, já de início, define esse tipo de arquivos como aquele que não tem propósitos administrativos ou jurídicos, e sim pessoais. Observando o fato de que eles ultimamente tem recebido maior atenção tanto de pesquisadores como de arquivistas, a autora pretende apresentar novas formas de abordagem dos arquivos de pessoas.

Historiando o tema dentro da arquivística dos países anglófonos, a Autora argumenta sobre o quanto nela, eles foram ignorados ou, pelo menos, minimizados, ficando seu tratamento e custódia a cargo majoritariamente pelas bibliotecas. São recentes nesses países as tentativas de teorização dos arquivos pessoais. A Autora discorre sobre a polêmica entre os arquivistas australianos G. Powell e Chris Hurley (autores, respectivamente, de *Archival principles and the treatment of personal papers* e de *Personal papers and the treatment of archival principles*, ambos trabalhos publicados em *Debates and discourses: Selected Australian writings on archival theory*, Camberra, Australian Society of Archivists, 1995). Para o primeiro, a estratégia na organização dos papéis pessoais seria uma classificação por assunto e formação de séries por tipo e/ou formato (*document form*), seguindo a tradição do tratamento de coleções e de acordo com o interesse dos pesquisadores; já para o segundo, defende com veemência que não se deve abandonar o princípio da ordem original quando se organizam papéis pessoais, preservando a informação contextual e não se devendo privilegiar nenhum tipo de pesquisador. Aliás, a maior parte dos teóricos, cujas idéias sobre o tema, a Autora vai mencionando, é concorde em reafirmar o aspecto orgânico dos arquivos e pessoas e de famílias: (A. Cunningham, Richard Cox, Sue McKemish, Bárbara Cage, Verne Harris e outros). Para Richard Cox, a maioria desses arquivos apresenta a mesma organicidade derivada de funções e atividades, tanto quanto os documentos institucionais, e pelas mesmas razões: comprovar ações, documentar atividades, cumprir funções legais e administrativas, tanto quanto fornecer elementos para a memória (p. 217).

A contribuição de Sue McKemish, com o seu *Evidence of me* é considerada neste capítulo como a mais importante no debate do tema. Ela chama a atenção dos

arquivistas para que efetuem nos arquivos pessoais a mesma identificação e análise de funções e atividades realizadas para o tratamento documental nos arquivos institucionais. E vê neles a mesma ênfase no sentido da prova, das relações orgânicas e da memória. Para ela, tal como o arquivista, no âmbito dos arquivos institucionais, pode identificar funções e atividades significativas e, nessas atividades especificar que documentos podem ser tidos como provas, assim também ele pode, nos pessoais, analisar os papéis socialmente relevantes e as atividades (que com ele se relacionem) desempenhadas pelos titulares pessoais de arquivos.

A preocupação do já citado A. Cunningham é com a urgência de soluções arquivísticas para o tratamento dos arquivos pessoais, apresentando quatro sugestões: 1. não “repartir” a custódia dos documentos eletrônicos; 2. praticar intervenção anterior junto ao produtor, anteriormente à custódia; 3. montar estratégias de armazenamento que incluam migração, conversão e acesso em rede; 4. promover treinamento em tecnologia da informação para os arquivistas que vão lidar com os documentos pessoais. Ele aconselha, quando possível, uma abordagem proativa e uma intervenção pré-custodial por parte dos arquivistas junto aos documentos pessoais a serem recolhidos. Esse tipo de arquivo, muitas vezes, tem uma natureza bem complexa e frequentemente é-lhe aplicado um tratamento documental demasiado simplista.

Alguns autores contemporâneos têm se preocupado com a exclusão sofrida pelos arquivos de pessoas nos manuais clássicos, quando tratam da teoria e da metodologia arquivísticas, buscando eles preencherem essas lacunas. Cita, por exemplo, como eles aludem, a propósito da avaliação nesses arquivos, da possível relevância da macroavaliação de Terry Cook ou das estratégias de Helen Samuels. Menciona ainda sua própria visão do quanto as normas de avaliação para arquivos institucionais fogem da interioridade individual e da visão de mundo pessoal, havendo toda uma “psicologia do guardar” que não deve ser esquecida. Assim, afirma que os conceitos teóricos da arquivística têm de ser reexaminados à luz da organização desses arquivos. Para isso, propõe uma “constelação” de idéias reunidas em quatro propostas, cada uma detalhadamente explicada, no sentido de que, ao se tratar tecnicamente o arquivo pessoal é preciso pensar: 1. na interação entre o que é pessoal e o que é profissional, dando exemplos do arquivo da escritora Carol Shields; 2. em como os documentos privados podem emergir de experiências pontuais e circunstanciais, não tendo o comprometimento de um *record*; 3. na relação do titular do

arquivo com os documentos como sendo mais emocional, sentimental ou prática do que comprobatória.; 4. no arranjo feito pelo produtor, que pode ser fluido e pessoal, sendo mais pleno de significado do que possa parecer à primeira vista.

Catherine Hobbs é de opinião que se focalize menos a biografia e mais se estude o como é o por quê das relações entre as atividades individuais e a documentação dela resultante. Termina seu capítulo estimulando os arquivistas que lidam com arquivos pessoais a elevarem suas discussões teóricas e metodológicas a respeito ao mesmo nível das que focalizam os arquivos institucionais.

Diante do conjunto de idéias, argumentos, análises, interpretações e propostas apresentado na presente obra, qual proveito se pode sacar, qual matéria debater, e/ou qual triagem deve fazer em relação ao que não lhe diz respeito? Reflexões produtivas e diretrizes a seguir e/ou rechaçar, poderão ser proporcionadas por uma leitura atenta e crítica, entendendo-se os objetivos de cada módulo. Fica evidenciada a proximidade cada vez mais consistente que área dos arquivos tem com a informática, com os sistemas jurídicos, com os métodos, processos e sistemas administrativos, com a ciência da informação, assim como com os modernos rumos da historiografia e da metodologia da história. A arquivística brasileira necessita para poder desfrutar de todo o aporte dessa proximidade e dos novos rumos aqui apontados, ter muito bem definido seu perfil, sua identidade, seu papel e lugar na sociedade do conhecimento. Cabe aos arquivistas, aos alunos e professores dos cursos de arquivologia, aos membros das associações de classe e aos dirigentes das instituições arquivísticas realizarem esse ajuste.

ARQUIVOS PÚBLICOS BRASILEIROS: Estudo dos processos de transferência da informação na internet e sua evolução.

Anna Carla Almeida Mariz

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

1 Introdução

As instituições arquivísticas têm na Internet um recurso de grande potencial para a ampliação dos serviços prestados aos usuários e conseqüentemente o aumento da sua atuação e visibilidade institucional e social, assim como o fortalecimento dos seus vínculos com o cidadão.

Esta pesquisa se propôs a analisar diversos aspectos que envolvem os processos de transferência da informação procedentes das instituições arquivísticas brasileiras no ambiente da internet, e comparar com resultados obtidos em pesquisas anteriores.

A informação arquivística seria aquela contida nos documentos que integram os arquivos, os quais possuem características próprias e definidas. Nesse sentido, o que define ser ele um documento arquivístico é não somente o fato de ser produzido e recebido em função das atividades de um órgão ou pessoa física, mas também a relação orgânica que mantém com os outros documentos do acervo.

Respeitando e reconhecendo suas características, as instituições terão que se renovar, adequando sua missão para a nova realidade, a dos tempos das redes. Os desafios, sob esse aspecto, estão colocados para a área, suscitando novas estratégias de apropriação do espaço aberto por tais dispositivos. Quais as implicações para a Arquivística no que se refere às suas práticas teórico-metodológicas e suas estratégias de transferência da informação?

“A produção e gestão de um *website* passam, neste contexto, a ser uma das estratégias potencialmente mais eficazes de difusão dos arquivos. O *website* de uma instituição arquivística é um instrumento de prestação de serviços dinâmico e atualizável.